

# DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E AGRAVOS À SAÚDE DOS TRABALHADORES NO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO<sup>1</sup>

## DEGRADATION OF LABOR AND DISEASES TO THE HEALTH WORKERS THE SECTOR AGROINDUSTRIAL SUGARCANE

Edvânia Ângela de Souza Lourenço<sup>2</sup>  
*edvaniaangela@hotmail.com*

### RESUMO

Neste texto, busca-se discutir alguns elementos presentes na subordinação do trabalho no setor sucroenergético e as suas interfaces para a saúde e vida dos trabalhadores, com um enfoque empírico para a região de Franca, SP. Assim, a partir de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores e respectivos representantes dos sindicatos que congregam o setor e, ainda, com representantes das usinas, realiza-se breves apontamentos acerca das relações sociais de trabalho e saúde no referido setor. Acompanha o processo de controle e domínio das terras brasileiras para a produção e distribuição do etanol (combustível renovável) e do açúcar por grupos de investidores internacionais, que na região em foco, sobressaem Cargill, Louis Deyfrus/LDC Sev e Cosan/Raizen, o desgaste da saúde e vida dos trabalhadores, mas que em decorrência do medo, sobretudo, do desemprego, não é notificado ou reconhecida. Ou seja, os acidentes e as doenças relacionadas ao trabalho neste setor ficam na invisibilidade social.

**PALAVRAS CHAVES.** Trabalho. Saúde dos Trabalhadores. Alienação

### ABSTRACT

In this text, some elements present in the subordination of labor in sugarcane industry and its interfaces to the health and lives of workers, with an empirical approach for the region of Franca-SP, are discussed. Thus, from semi-structured interviews with workers and respective representatives of unions in the sector and, also, with representatives of the mills, brief notes about the social work and health relations in the referred sector are made. The text approaches the processes of control and mastery of Brazilian lands for the production and distribution of ethanol (renewable fuel) and of sugar by international investors; in the focused region, Cargill, Louis Deyfrus/LDC Sev and Cosan/Raizen stood out; it also discusses the damages to the health and lives of workers that, due to fear, mainly, of unemployment are not notified or recognized. In other words, the accidents and sicknesses related to work in this sector remains in social invisibility.

**KEY WORDS:** Work, Workers' health, alienation.

### Introdução

Na busca de considerar o peso das relações sociais de trabalho e suas interferências para a vida e saúde dos trabalhadores, destacam-se duas questões que parecem fundamentais: primeiro, que se trata de uma discussão que não deve ser feita sem contemplar as legítimas relações desta particularidade do setor produtivo, com o capitalismo global e financeirizado; segundo,

---

<sup>1</sup> A discussão realizada neste texto faz parte do projeto de pesquisa: "Processo de trabalho e saúde na agroindústria canavieira: os desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS) e Sindicatos dos Trabalhadores", financiado pelo CNPq, sob o número 401159/2010/8 e aprovado pelo Comitê de Ética da UNESP-Franca. Este projeto conta com o apoio e parceria das Profas. Dras. Raquel Santos Sant'Ana e Onilda Alves do Carmo, UNESP-Franca, SP.

<sup>2</sup> Assistente Social e Professora do Departamento e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca – FCHS -UNESP- Franca/SP. É pesquisadora do Grupo de estudos e pesquisas "Teoria Social de Marx e Serviço Social", responsável pela linha de pesquisa: "Mundo do Trabalho: Serviço Social e Saúde do Trabalhador" – GEMTSSS e participa do QUAVISSS.

paralelamente ao ponto já destacado, há que se considerar a realidade dinâmica das mudanças na organização e gestão do trabalho e seus efeitos para a vida dos trabalhadores.

As mercadorias se apresentam, no mundo burguês, distante da massa geral de trabalho e do desenvolvimento das forças sociais produtivas, sendo o seu valor considerado como se fosse isento do processo sócio histórico do trabalho<sup>3</sup>. Aparecem como se fossem determinações autônomas, sobretudo, no atual estágio de desenvolvimento capitalista, quando a particularidade financeira deita raiz em todos os setores. O caráter social do trabalho fica subsumido no produto do trabalho, apresentado sob a forma mercadoria, por meio da qual (e sob a propriedade privada) estabelecem-se as relações sociais coisificadas criando uma força social que é estranha (MARX, 2004, NETTO, 1981)<sup>4</sup>. A alienação do trabalho é a alienação da vida social (ALVES, 2007).

Dessa maneira, busca-se compreender alguns aspectos das relações sociais de trabalho no setor sucroenergético, com o objetivo de indicar elementos do seu processo sócio histórico e os atuais rebatimentos para a vida e saúde dos trabalhadores. O texto está subdividido em três partes: o setor sucroenergético brasileiro; o setor sucroenergético na região de Franca, SP e dos pseudo-heróis aos verdadeiros heróis do país, as quais dialogam entre si e oferecem uma análise a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores, diretores dos vários sindicatos de trabalhadores que congregam este setor e, ainda, com representantes das usinas, como proposto no projeto *“Processo de trabalho e saúde na agroindústria canavieira: os desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS) e Sindicatos dos Trabalhadores”*, em andamento na UNESP Franca.

A tarefa é discutir o avanço do agronegócio canavieiro na região de Franca, e as suas implicações para o trabalho neste modelo de desenvolvimento, no qual os problemas clássicos, tais como a exploração do trabalho e a monocultura têm sido suavizados pelo discurso da produção do etanol, um tipo de combustível, supostamente, menos poluente e de origem vegetal, portanto, aqueles problemas e, dentre outros, a alienação do trabalho, encontram-se acobertados. Busca-se, portanto, descortiná-los para iluminar uma compreensão de saúde mais ampla e conectada a estrutura social.

### **O setor sucroenergético<sup>5</sup> brasileiro**

<sup>3</sup> “[...] a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de as controlarem...” (MARX, 2006, p. 91). Interessa a essa discussão a compreensão do fetiche da mercadoria ver Marx (2006), especificamente o capítulo 1.

<sup>4</sup> As determinações concretas da alienação e estranhamento foi analisada por Marx (2004; 2006) a partir da divisão social do trabalho, das relações sociais de troca, do dinheiro e da propriedade privada.

<sup>5</sup> Esta é uma categoria importante para a compreensão da agroindústria canavieira, uma vez que, até que na década de 1990, prevalecia o desenvolvimento de novas tecnologias para aumentar a produtividade da cana e dos seus produtos: o açúcar e o álcool. Faz parte ainda, deste complexo setor, o aproveitamento da vinhaça, a torta e o bagaço, como adubo e sua distribuição nas lavouras por meio da técnica de

A indústria da cana faz parte da particularidade histórica do Brasil, pois emergiu no Brasil Colônia e reemergiu no século XX, contudo, nunca deixou de existir. Foi a partir das linhas de crédito subsidiadas pelo poder público, nos anos de 1970, que as usinas foram “modernizadas”, ampliadas e as destilarias anexas construídas (ALVES, 1991). Destaca-se deste processo duas vertentes principais: “Modernização” da agricultura e a produção de etanol – combustível renovável. De um lado, esperava-se aumentar a produtividade; de outro, responder, internacionalmente, um problema que vinha sendo suscitado como de maior relevância, a produção de um combustível (renovável) e, portanto, a autonomia energética do país.

Compõe o véu nebuloso e mítico do desenvolvimento do setor sucroenergético no Brasil, o aumento e a queda do valor do açúcar. A crise e o esgotamento do comércio de açúcar, nos idos dos anos de 1970, somada a questão ambiental e energética fecundaram a criação do Proálcool<sup>6</sup>. A produção do álcool, nos últimos 30 anos, tem sido instável, dependente do mercado internacional do açúcar e, portanto, marcado por altas e baixas. Ou seja, se o mercado se apresenta como mais lucrativo à produção do açúcar o álcool deixa de ser foco das atenções, mas em momentos de queda dos valores do açúcar, parecem que as atenções se voltam novamente ao álcool, assim, a produção de álcool acaba não tendo uma regularidade.

O Proálcool buscou responder a crise dos preços do açúcar e, mais intensamente, do petróleo aliado aos interesses particulares dos usineiros, no enfrentamento dos reflexos da crise econômica mundial<sup>7</sup> e da queda do preço do açúcar. Já no final da década de 1980, com o valor do açúcar em alta e o do petróleo em baixa, criaram-se sérias dificuldades para a demanda do álcool combustível, corroborando para o retorno da produção do açúcar a partir da cana e o abandono do álcool, causando crise entre a demanda e oferta. Este período foi marcado também

---

fertiirrigação (THOMAZ Jr., 2002). Atualmente, cresce também a produção da energia elétrica, que até a década de 1990, era apenas para mover a usina em funcionamento durante a safra, como mostra Thomaz Jr (2002), naquela época, os usineiros não achavam esse produto lucrativo, mas, nos dias atuais, muitas usinas produzem a quantidade de energia suficiente para manterem a sua produção e também para a venda externa às usinas. Portanto, a referência a agroindústria canavieira deve comportar também a produção de energia elétrica, daí a denominação setor sucroenergético.

6 [...] O ano de 1975 marcou o término de um período de euforia no comércio externo de açúcar, com uma acentuada queda do produto no mercado internacional. Estes preços vinham apresentando uma tendência ascendente desde o final da década de 1960. Depois de ter atingido o seu nível máximo de todos os tempos, em novembro de 1974 (cerca de US\$ 1400 TM), as cotações do açúcar demerara foram baixando abrupta e ininterruptamente, alcançando US\$ 268 por TM em dezembro de 1975, e fixando-se em torno de US\$ 300 ao final do primeiro trimestre de 1976 (ALVES, 1991, p.32).

7 No início da década de 1970, após 30 anos de acumulação capitalista vivenciada no pós guerra, instaurou-se a crise estrutural do capitalismo, que, na análise de Mészáros, compõe o sistema contraditório do próprio capital e, portanto, insuperável. Para o autor, as “crises” fazem parte do ser capital, conforme as determinações históricas de cada período. Assim, o que é distintivo, na atualidade, é que a crise não se restringe a este ou aquele setor, a esse o aquele país, mas afeta universalmente e, num tempo expandido, haja vista a sua constância, a produção, a circulação, o consumo (MÉSZÁROS, 2002).

pelo fim de linhas de créditos específicas para este setor, contribuindo para a crise que se estabeleceu, mantendo apenas os usineiros mais capitalizados, em geral, na forma de grupos econômicos, ou proprietários associados para a produção agroindustrial a partir da reestruturação produtiva (THOMAZ JR.2002). Contudo, mesmo em um período em que os empréstimos e financiamentos ao setor não tenham sido claramente noticiados, esse sempre se beneficiou do dinheiro público<sup>8</sup>. Destaca-se também a organização política do setor, mantendo representantes diretos do empresariado no Congresso e Senado Federais e também em cargos estratégicos, como pode ser exemplo, o Ministério de Minas e Energia, há anos ocupado por Edson Lobão, que como já indicado por Iamamoto (2001), em uma de suas propriedades, trabalhadores foram resgatados em situação análoga à escravidão: “A empresa faz parte da lista dos 100 maiores devedores do Banco do Brasil” (IAMAMOTO, 2001, p. 138, grifo nosso). Lenin (1982) indicou que a formação dos monopólios<sup>9</sup>, base de sustentação do imperialismo, ocorre por meio da concentração da produção por grupos financeiros, com forte atuação dos bancos, que dominam determinados setores, que não o fazem sem o aval do Estado, que em geral, se dá com a ocupação de importantes cargos públicos por representantes do capital. Pode se dizer que houve uma sofisticação deste processo na atual fase do capitalismo global e financeirizado, como mostrado por Harvey (2007), pois, por um lado, ocorreu maior desconcentração industrial, ao mesmo tempo, em que o capital se ampliou (concentrou e centralizou) em escala planetária, acirrando a “nova” divisão internacional do trabalho, a partir do regime de acumulação flexível.

Assim enquadrada, a produção canavieira ganha novo fôlego, quando o desenvolvimento do carro de motor flexível, capaz de ser movido tanto a gasolina, quanto a álcool, ou de qualquer mistura entre os dois, lançado em 2003, deu ao Brasil papel de destaque na produção de tecnologias alternativas. Ainda mais, considerando as catástrofes ambientais ocorridas naquele mesmo período, que levaram, segundo Cordeiro (2008, p.10) “[...] os cientistas reunidos no Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC [a] posicionaram o etanol, quimicamente

---

8 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem tido a tarefa de promover a expansão do etanol do Brasil “[...] Seus financiamentos para o setor do etanol cresceram 160% de 2006 para 2007. Dos 50 maiores desembolsos para a área industrial nos últimos 12 meses, 18 são para o setor sucro-alcóoleiro. Sua carteira de empréstimos para esta indústria ultrapassa os U\$ 3 bilhões” (BNDES, 2008, p.8).

9 “[...] a obra de Marx, a qual demonstrava, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, a qual atingindo um certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio” (LENIN, 1982, p. 20). A despeito das teses antimarxistas que tentaram inutilmente mostrar que o capitalismo com o protecionismo do Estado evitaria a formação de monopólios e o domínio da socialização da produção por poucos grupos, Lenin (1982) diz que os fatos mostram que tanto nos Estados protecionistas quanto no livre mercado a formação de monopólios, como concentração da produção, é uma lei geral e essencial do atual estágio de evolução do capitalismo.

considerado o mais simples dos álcoois, como uma das principais opções para substituir os combustíveis fósseis e, ao mesmo tempo, contribuir na redução das emissões de CO<sub>2</sub>.”.

A questão ambiental, além da elevação dos preços do petróleo de base fóssil, mantém uma legítima relação com a produção do etanol, tido como um combustível renovável, emitindo gases menos poluentes que os de base fóssil. O etanol conectado às preocupações com o meio ambiente e aquecimento global, deu ao Brasil, um lugar de destaque no pioneirismo da experiência. Como se trata de um país que reúne as características necessárias para este tipo de produção, como ampla base territorial, clima a favor do desenvolvimento da gramínea e força de trabalho barata e disponível, tem se feito crescer aos olhos dos investimentos forâneos.

Resumidamente, o veio condutor da ampliação do mercado de etanol se alimenta no âmbito interno do crescimento dos carros (e mais recentemente, também foi lançada a linha de motocicletas da Honda<sup>10</sup>) a álcool e do mercado externo em decorrência do valor do petróleo e também das preocupações ambientais (Protocolo de Kyoto). Somam-se a isso, os investimentos atuais para a geração de energia elétrica por meio da queima do bagaço e a produção de plástico biodegradável, a partir do açúcar. Destacam-se também estudos financiados pela FAPESP, no Programa de Pesquisa em Bioenergia (Bioen), iniciado em 2008, que visa o aprimoramento tecnológico para a geração de energia a partir da biomassa e para o “etanol de segunda geração”, ou etanol celulósico produzido a partir da palha e do bagaço da cana de açúcar (VEM AI, 2012).

Dessa maneira, no início deste século XXI, o etanol ganhou lugar de destaque, inclusive contou com ampla campanha feita pelo ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para divulgar o produto no exterior, e, em certo momento, da euforia presidencial com a suposta autonomia energética do país, acabou por denominar os usineiros de “heróis” do país. Considerando a história do setor no contexto brasileiro, até mesmo as questões mais atuais, tais como degradação ambiental; concentração da renda, monocultura; exploração do trabalho; introdução de novas tecnologias e crescente desemprego; ampliação da área plantada pela cana, em detrimento da agricultura familiar, entre outros, o discurso presidencial alimentou, nos planos ideológico, utópico e real os aspectos da dominação deste setor (composto por grandes investidores) sobre a agricultura e trabalho.

### **O Setor Sucroenergético na região de Franca, SP.**

---

10 “[...] Depois do sucesso obtido com as vendas da CG 150 Titan, ainda em 2009 a Honda, dona de 78,5% de participação das vendas no mercado brasileiro de duas rodas, lançou a sua segunda moto multicomcombustível, a NXR 150 Bros Mix. A partir daí o portfólio da marca ganhou mais dois modelos flex: a CG 150 Fan Flex, em outubro de 2010, e a Honda BIZ 125 Flex, em janeiro de 2011...” (ÚNICA, 2012, *online*, grifo no original).

A agricultura brasileira como já analisada por Fernandes (1975) foi determinada pelos interesses de fora<sup>11</sup>, que determinou (e determina) o modo de produção interno, baseado na intensa exploração do trabalho e no uso (sem limites) dos recursos naturais e a apropriação privada de extensas propriedades. Assim, o desenvolvimento econômico, ao lado das condições de dependência e fortes estruturas de desigualdades, seguiu/segue o seu curso, distante da resolução dos antigos problemas acaba, pois, por reforçá-los.

Segundo os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 2012, o Brasil é o maior produtor mundial de cana de açúcar com 1/3 da produção e conta com 401 usinas produtoras de açúcar e álcool, sendo que 292 unidades são mistas, 95 produzem apenas etanol, 10 apenas açúcar e quatro sem lançamentos (BRASIL, 2012 *online*). O Estado de São Paulo possui o maior número de plantas industriais, são 172<sup>12</sup>; seguido de Minas, com 43; Goiás, com 34 e Paraná com 30 (Idem). Atualmente, as usinas contam com cana proveniente de terras próprias ou arrendadas; com reduzido índice de fornecedores de cana, uma média de 20%.

O crescimento da área ocupada pela lavoura canavieira está ocorrendo sobre pastagens e outras lavouras. Isso está pondo em risco a economia e a segurança alimentar regional. Fato já constatado na década de 1980:

Para aumentar os canaviais, baixadas úmidas foram dragadas e aterradas na região de Campos (RJ) e novas áreas de floresta tropical e cerrado foram desmatadas no noroeste paulista. [...] entre 1975 – ano de criação do Programa Nacional do Álcool – e 1985, a área cultivada subiu de 1,9 milhões para 3,9 milhões de hectares, permitindo que, no mesmo período, a produção de etanol subisse de 0,5 bilhão para 9 bilhões de litros (CORDEIRO, 2008, p. 10).

A área ocupada pela cana só no Estado de São Paulo (lembrando que tem ocorrido a expansão para as áreas até então não produtoras de cana como os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Amazônia), passou de 2,8 para 4,8 milhões de hectares, atingindo a produção nacional de 473,16 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, ocupando para isso 6,92 milhões de hectares (GONÇALVES, 2012, *online*).

Das 182 empresas a base de cana de açúcar, no Estado de São Paulo, considerando os dados da ÚNICA, seis estão localizadas na região de Franca, SP. Como se sabe, Franca é conhecida pela sua produção industrial de calçados, chegando a ser denominada, na década de

---

11 Destaca-se também o estudo de Galeano (2008, p. 172), o qual mostra que, no Brasil, diferente que nos Estados Unidos, “[...] os donos das terras, mineiros e mercadores tinham nascido para cumprir esta função: abastecer a Europa de ouro, prata e alimentos. Os caminhos transportavam cargas rumo ao porto e ao mercado ultramar”. O autor chama atenção para o fato que, na América Latina, proibia-se a manufatura até mesmo de um alfinete: “Não era com vinho que se pagavam os tecidos ingleses, mas com o ouro do Brasil, e neste processo ficariam paráliticos os teares portugueses. Portugal não se limitou a matar o embrião de sua própria indústria, mas também, de passagem, aniquilou os germes de qualquer tipo de desenvolvimento manufatureiro no Brasil. O reino proibiu o funcionamento de refinarias de açúcar em 1715; em 1729, declarou como crime a abertura de novas vias de comunicação na região mineira; 1785, determinou o incêndio aos teares e fiadores brasileiros” (GALEANO, 2009, p.78).

12 A ÚNICA informa 182 o total de usinas no estado paulista (UDOP, 2012, *online*).

1980, como capital do calçado, contudo, na região, floresce o avanço da cultura canavieira. Entre as seis usinas de seu território, duas usinas situam-se entre as dez maiores do Estado. São elas: Usina Vale do Rosário e Usina Alta Mogiana, situadas em Morro Agudo e São Joaquim da Barra, respectivamente. Esses municípios são conhecidos pela qualidade da terra, “terra roxa”.

Posição	UF	Unidade	Cana de açúcar	Açúcar (t)	Anidro	Hidratado	Total Álcool
5o.	SP	Vale do Rosário	5.922.940	359.728	122.050	123.207	245.257
9o.	SP	Alta Mogiana	4.751.584	354.500	72.533	92.387	164.920
34o.	SP	Junqueira	2.807.153	205.838	73.198	44.641	117.839
43o.	SP	MB	2.600.410	114.707	80.800	65.660	146.460
65o.	SP	Buriti	2.160.573	0	65.329	118.366	183.695
107o.	SP	Cevasa	1.382.953	0	85.257	27.307	112.564

Tabela I Dados da produção das usinas sucroenergéticas da região de Franca, SP

Fonte: Tabela construída pela autora a partir dos dados expostos no site da UDOP (2012, *online*).

Observa-se que a usina Vale do Rosário, 5º lugar da produção do Estado, em 2007, passou a pertencer ao grupo Santa Elisa Vale e, em 2009, passou para a empresa francesa Louis Dreyfus Commodities (LDC)<sup>13</sup>. Esta empresa adquiriu também a usina MB, situada na tabela I, como a 43ª maior produtora do Estado, a qual também se localiza na cidade de Morro Agudo. Em visita a Unidade MB, os técnicos enfatizaram, de modo, acentuado a importância da empresa LDC Sev, que ocupa o 2º lugar na produção mundial de bioenergia, ressaltaram que os principais valores da empresa são: humildade, diversidade, comprometimento, e empreendedorismo!

Os valores apregoados fazem parte de um modelo de gestão que concomitante a vigilância e ao controle do trabalho instauram-se novos métodos gerenciais, que não economizam energia para reduzir o número de trabalhadores e seus benefícios, conquistados a duras penas:

*Mudança? A hora extra teve uma mudança, porque quando teve essa fusão teve um problema muito sério pela parte financeira da empresa e para isso a gente fez assembleia com o trabalhador explicou as condições que a empresa estava no momento e ai eles entenderam, ai teve uma redução... nossa hora extra era 80% toda elas... e baixou para 50%; na hora noturna era 30% baixou para 25% (Joaquim, Presidente do Sindicato da Alimentação de Morro Agudo).*

*Os salários dos trabalhadores das minhas empresas, que eu represento é maior do que das outras. Elas são todas da mesma região e costumam ser dos mesmos patrões, então pra mim está ficando difícil manter as conquistas da minha categoria... [...] a empresa não impede eu ir até os trabalhadores, só que ela pressiona os trabalhadores a que o sindicato assine um acordo inferior e pressiona eles a assinar documentos pra irem pra outro sindicato... (Pedro, Sindicato dos Químicos de Ribeirão Preto).*

Verifica-se que o antagonismo na representação política dos trabalhadores, pois, há usinas que são representadas pelo Sindicato da Alimentação, outras pelo Sindicato dos Químicos, o que

<sup>13</sup>“Presente em 05 estados no Brasil, a Biosev possui operações nas principais regiões produtivas do país. São 13 unidades com capacidade de processar 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar” (BIOSEV, 2012, *online*).

por si só fragmenta os trabalhadores, canaliza energia para as disputas entre os organismos coletivos dos trabalhadores, desviando-se do conflito entre capital e trabalho. Se isso ocorre as empresas ficam mais livres para impor seus métodos gerenciais, contrapondo-se a humildade, enfatizada pelos técnicos entrevistados, sobressai a pressão sobre o trabalho e uma busca constante da sua desregulamentação.

Em Morro Agudo, criou-se uma situação inusitada, pois em uma mesma cidade, duas usinas de uma mesma empresa representadas por sindicatos diferentes, a unidade Vale do Rosário era representada pelo sindicato da Alimentação e a unidade MB pelo Sindicato dos Químicos<sup>14</sup>.

Quando a LDC Sev adquiriu as usinas Vale do Rosário e MB, localizadas em Morro Agudo, foi realizada uma operação para diminuir o valor da hora extra e da hora noturna paga ao trabalhador, de 80% caiu para 50% a hora extra e, a hora noturna, de 30 para 25%, como referido pelo presidente do Sindicato da Alimentação de Morro Agudo. Tal fato desencadeou uma “crise” na representação dos trabalhadores, uma vez que o Sindicato dos Químicos compreendeu que passados dois anos do referido acordo, a empresa já se encontraria em uma situação de maior estabilidade financeira e teria condições de retornar ao pagamento do valor anterior a fusão. Contudo, como uma das empresas, no caso, a Vale do Rosário, era representada pelo Sindicato da Alimentação de Morro Agudo, o qual aceitou manter os valores impostos pela empresa com o acréscimo de um tíquete alimentação, criou um impasse. Na mesma cidade, duas empresas de propriedade do mesmo grupo com salários diferentes. A situação foi para a Justiça, inclusive teve-se a oportunidade de participar de uma audiência entre os advogados da empresa e o Sindicato dos Químicos de Ribeirão Preto, que na oportunidade representava os trabalhadores da usina MB, realizada na Delegacia Regional do Trabalho também de Ribeirão Preto, em abril de 2012. Impressionante, mas a empresa demonstrou particular interesse para que a representação sindical dos trabalhadores da usina MB fosse transferida para o Sindicato da Alimentação de Morro Agudo, fato que a justiça determinou, ainda em 2012:

*Olha, eu posso agradecer a Deus e a direção da empresa, porque nunca falou assim: “oh, a porta tá fechada”, é que a gente costuma fazer um trabalho entre capital e capital humano; entre sindicato junto com a empresa... Mesmo com esta mudança que veio a nova equipe de comando francês nunca fechou as porta pra gente... (Joaquim).*

Chama atenção a cooptação dos trabalhadores com o aval dos sindicatos. Diminuem salários, demitem e espalham o medo. A sujeição dos trabalhadores a essa lógica aparece

---

<sup>14</sup>“É essa divisão é um complicador. O setor de Destilaria ele nasce pra produzir álcool, então ele não fica dentro do setor da alimentação, que produzía açúcar. O salário do setor da Destilaria já começa maiores do que da alimentação, com o tempo as destilarias passam a fazer açúcar e as Usinas passam a fazer álcool, mas os acordos coletivos não ficam iguais. [...] essa divisão se mantém..., os acordos coletivos não foram caminhando juntos, então os pisos salariais são diferenciados, os valores de hora extra são diferenciados e os valores de adicional noturno são diferenciados” (Entrevista Presidente dos Sindicatos dos Químicos de Ribeirão Preto, Pedro).

acordado pelos órgãos que representam o coletivo de trabalhadores, como demonstrado pelo Presidente do Sindicato da Alimentação de Morro Agudo, que acredita que os ideais da empresa são os mesmos que os dos trabalhadores.

Das usinas da região, atualmente, apenas a unidade de São Joaquim da Barra é representada pelo Sindicato dos Químicos, as demais estão sob a representação do Sindicato da Alimentação. Essa discussão merece um espaço maior, portanto, não a fará neste momento, mas destaca-se que além da fragmentação entre trabalhadores fixos, temporários e desempregados, campo e indústria, ainda, existem as contradições fundantes de perspectivas e linhas de ação diferenciadas, conforme cada sindicato (Alimentação ou Químico), o que não se faz sem repercussões para o trabalhador.

A usina Alta Mogiana, que, na Tabela I, aparece em 9º lugar, está situada em São Joaquim da Barra e foi criada em 1983, a partir do PROÁLCOOL e, inicialmente, produzia apenas álcool. Em 1994, passa a produzir açúcar também, lembrando que até 1990, vigorava o regime de cotas de produção do açúcar controlada pelo governo por meio do Instituto de Açúcar e Alcool (IAA)<sup>15</sup>, extinto em 1990. Com a desregulamentação do setor, os usineiros se organizaram em uma forte Entidade representativa: a União da Indústria da Cana de Açúcar (ÚNICA), hoje, responsável por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzidos no Brasil (SANTOS, 2010). Novaes (2007, p. 27) explica que até 1998, “[...] era o Estado que fixava o preço da tonelada da cana, do açúcar e do álcool... O valor era baseado na produção nacional e não especificamente no preço dos produtos no mercado. Com a desregulamentação do setor e abertura comercial o controle feito pelo Estado passa para o mercado. No caso do valor da cana “[...] passa a depender do valor de açucares recuperáveis (ATR) existentes em uma tonelada de cana, e o valor da ATR, que se pauta na variação dos preços do açúcar e do álcool, a possibilidade de obtenção de lucro passa a depender da capacidade da usina produzir a custos mais baixos (Idem, 2007, p. 28).

A partir de 2002, a Alta Mogiana passa a produzir energia elétrica em quantidade suficiente para a manutenção da usina durante a safra e, ainda, vende o excedente, equivalente a 144 mil MWh, capaz de suprir uma cidade de aproximadamente 45 mil habitantes, durante o ano. É a maior usina entre as unidades do Grupo Lin-coln Junqueira, que detém outras quatro unidades, localizadas no norte do Paraná e Presidente Prudente - SP. Ao todo o grupo tem capacidade de moagem de 16 milhões de toneladas por safra (FIGUEIREDO, 2012, *online*).

A usina Fundação Sinhá Junqueira, indicada como 34º lugar do setor no Estado paulista, trata-se de um caso particular. “*Antes era Fundação Sinhá Junqueira, os donos da empresa, era uma*

<sup>15</sup> Iammamoto (2001) aponta que o Instituto de Açúcar e Alcool (IAA) (Decreto no. 22.789, de 01/06/1933) foi criado com a função de dirigir, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool em todo o país.

*instituição filantrópica, os donos moravam em São Paulo e Ribeirão Preto e nem vinha aqui, só que para os funcionários era diferente...*” (Claudinei, Presidente do Sindicato da Alimentação de Igarapava).

Ao se aproximar da usina Junqueira o que mais chama a atenção é a sua proximidade com o Rio Grande, na realidade, ela está situada à margem deste importante rio que separa os Estados de São Paulo e Minas Gerais, localiza-se no município de Igarapava, SP. e, ao que tudo indica, é a usina mais antiga desta região<sup>16</sup>. Consta que a administração da colônia dos trabalhadores e da própria usina estava a cargo da Fundação Sinhá Junqueira “[...] depois, que passou para o grupo COSAN, em agosto de 2002, de lá para cá vem acabando de vez com a assistência médica, com o lazer, que o funcionário tinha dentro da empresa...” (Claudinei). Nos últimos anos, a usina tem passado por uma verdadeira reestruturação do trabalho e da produção.

*[...] depois que entrou este grupo Cosan e a Raízen piorou... É uma empresa grande, de porte internacional, não é fácil brigar com empresa grande, principalmente, um sindicato pequeno, igual ao nosso, da alimentação. Em Igarapava, só tem duas usinas na base e os funcionários têm muito medo, porque não tem emprego, na região, só tem as usinas: a BURITI [localizada em Buritizal] e a Cosan [Raízen] [Igarapava], então as usinas fazem o que quer, aqui, principalmente o grupo Cosan (Claudinei).*

O Grupo Cosan, uma das maiores corporações empresariais do Brasil, que congrega fabricação e transporte de açúcar, fabricação de produtos automotivos da marca Mobil em países da América do Sul e Europa, entre outros “[...] a Cosan é a maior produtora de açúcar e álcool do mundo, agora administrando 23 empresas, com a capacidade de processamento anual de cerca de 56 milhões de toneladas, 10% do mercado brasileiro” (GOMES, 2012, p.239). Em 2009, devido a denúncias de trabalho em condição análoga a escravidão, teve o seu nome incluída (por uma semana) na lista suja (GOMES, 2012). A COSAN/Raízen<sup>17</sup> arrendou a Fundação:

*Ela está arrendada, mas ninguém sabe como, até eu, que sou sindicalista, já tentei saber... Eu me senti humilhado, quando fez este acordo: Fundação e Cosan, porque eu queria saber... porque estava mudando e qual os direitos dos trabalhadores. Quem eu iria defender? [...] Quem toma conta da Fundação é a Curadoria de São Paulo, lá no Fórum João Mendes... Eu procurei até a Curadora, quatro ou cinco anos atrás... Você precisa ver a resposta que ela me deu: “você não tem nada a ver com isto”. A lei, aqui dentro, é a Cosan e outra se a própria Curadora não deixou eu ver um contrato, que é registrado em cartório, que é público,*

<sup>16</sup> Fundada em 1910, localiza-se em Igarapava, há 450 quilômetros de São Paulo e ao norte deste estado, na divisa com o estado de Minas Gerais e próxima a cidade de Ribeirão Preto, a Junqueira é considerada uma unidade estratégica para a Cosan, devido à excelência do solo para o cultivo da cana-de-açúcar” (ÚNICA, 2012b, *online*).

<sup>17</sup> “Por meio de uma joint venture com a Shell, formamos a Raízen, a maior produtora de açúcar e etanol e uma das principais distribuidoras de combustíveis do país. Estamos presentes no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo desde 2005, e com a Cosan Limited (CZZ) temos ações listadas na NYSE (New York Stock Exchange) desde 2007. No exercício social encerrado em 31/3/12, registramos faturamento consolidado de R\$ 24,1 bilhões, com **crescimento de 33,4%** sobre o período anterior. Raízen é Joint Venture formada entre Cosan e Shell, a Raízen é uma empresa brasileira responsável pela produção de mais de 2.2 bilhões de litros de etanol por ano para atendimento ao mercado interno e externo, 4 milhões de toneladas de açúcar e 900 MW de capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana. Possui cerca de 4.500 postos de serviço para distribuição de combustíveis espalhados pelo Brasil, mais de 500 lojas de conveniência, 53 terminais de distribuição e está presente em 54 aeroportos no negócio de combustíveis de aviação... uma das mais competitivas empresas na área de energia sustentável do mundo (Cosan/Raízen, 2012, *online*).

*quem vai deixar a gente ver alguma coisa entre Cosan e Fundação... Então, tudo que cobra da Fundação eles falam que é da Cosan e tudo que cobra da Cosan eles falam que é da Fundação, nem uma nem outra fala que pode (Claudinei).*

O entrevistado declarou-se indignado com o modo como a COSAN assumiu a usina Junqueira. A formação dos monopólios faz surgir “grupos” principais que dominam determinados setores, violência já denunciada, no início do século XX, por Lenin (1982)<sup>18</sup>, a medida que a sua formação gera grupos poderosos, típico da fase do capitalismo desenvolvido, adquire o domínio não apenas no ramo da produção e do crédito (bancos), mas dos setores da superestrutura, como o político e o judiciário. O processo de aquisição de empresas a partir da especulação fraudulenta, da instauração do neoliberalismo e do capitalismo globalizado repõe, na atualidade, as práticas predatórias da acumulação primitiva (ALVES, 2007).

A usina Buriti, localizada em Buritizal, que aparece em 65º lugar da produção de álcool, no ranking paulista, pertence ao grupo Grupo Usina Pedra Industrial, e “[...] nesse ano, estamos comemorando oitenta anos né, você vai ver alguns banners e tudo (Entrevista com Diretora de Recursos Humanos)”. No site do Grupo, há o registro do início das atividades em 1931, com a compra da Fazenda São Joaquim da Pedra por Pedro Biagi (a família Biagi é tradicional na rota da cana, na região de Ribeirão Preto) localizada em Serrana, região de Ribeirão Preto, sendo que em 1941, iniciou a produção de álcool. A Usina Buriti data de 1993, “quando a Usina da Pedra adquiriu a destilaria Apediá, instalada em Vilhena, no estado de Rondônia. A destilaria foi desmontada e os equipamentos transferidos para a Fazenda São Luiz da Esplanada, em Buritizal, no estado de São Paulo” (PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A, 2012, *online*). Entre 1994 e 1995, houve a montagem da usina e o início da produção, “com a moagem de aproximadamente 140 mil toneladas de cana e produção de 12,2 milhões de litros de etanol hidratado (PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A, 2012, *online*). Segundo a Diretora de Recursos Humanos: “A usina [Grupo Pedra Agroindustrial], hoje, não faz só açúcar e álcool, ela já produz outros produtos como energia elétrica, nos fazemos o plástico, que é biodegradável...” (Diretora de Recursos Humanos).

Aos poucos, o setor tem se caracterizado como sucroenergético, sobretudo, a partir do desenvolvimento de “novas” tecnologias e a produção de subprodutos. Ou seja, além de produzir açúcar e álcool vem crescendo também os produtos, que se fazem sem alterar a produção dos itens essenciais. Um exemplo concreto é a produção de energia elétrica, que se processa a partir

---

<sup>18</sup> “[...] o capital-dinheiro e os bancos tornam esta superioridade de um punhado de enormes empresas, ainda mais esmagadora, e isto no sentido mais literal da palavra, ou seja, no sentido de que milhões de “patrões”, pequenos, médios, e até uma parcela dos grandes, são, de fato, inteiramente dominados por algumas centenas de financistas milionários” (LENIN, 1982, p.17).

da queima da biomassa resultante do processo de fabricação do açúcar e do álcool. Trata-se de um resíduo existente e que não foi criado especificamente para este fim, mas existe, pois a produção da energia usa apenas a biomassa esperada como resíduo industrial da cana e o seu uso na produção de energia elétrica é uma fonte de lucro e também uma forma de eliminar um problema, já que o resíduo da biomassa ao ser armazenado pode ser caro e perigoso<sup>19</sup>.

Por fim, a sexta usina que compõe o setor sucroenergético da região de Franca, é a Cevasa - Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. - criada em 1999 por meio da iniciativa de pequenos produtores de cana de açúcar, na cidade de Patrocínio Paulista, iniciou as operações em 1999, quando fez a sua primeira colheita, de 500 mil toneladas de cana de açúcar. Em 2006, a CARGILL<sup>20</sup>, empresa norteamericana fornecedora de produtos e serviços na área de alimentos, commodities e industrializados, comprou uma participação de 62,88% da CEVASA, sendo os 31,12% do capital ainda pertencente a CANAGRIL, associação de pequenos produtores de cana.

A CEVASA, atualmente CARGILL, situa-se no ranking de 107º da produção do Estado.

Na colheita de 2008/2009, a CEVASA moeu 1,38 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 84 mil metros cúbicos de etanol anidro e 28 mil metros cúbicos de etanol hidratado. A receita líquida foi de R\$ 92,7 milhões. A CEVASA emprega diretamente 166 pessoas... (CEVASA, *online*, 2012).

*Antes, a gente só tinha uma destilaria e, agora, tem a fábrica de açúcar, né, que foi concluída ano passado [referência a 2011]... [Quantas vagas ao todo aumentaram com a ampliação da fábrica de açúcar?] Hum, terminada a construção, na indústria, a gente não teve uma mudança grande, porque dos maquinários eles são operados sob automação. Então, o número de funcionários, isso não mudou muito não... (Entrevista com responsável pela Segurança do Trabalho da Usina CEVASA/CARGILL).*

Com o desenvolvimento das forças produtivas, das novas tecnologias e maquinarias esperava-se que o trabalho se tornasse mais leve e menos sofrido, pois como enfatizado pelo

---

19 Sobre o armazenamento do bagaço, o Técnico de Segurança do Trabalho da Usina C afirmou, durante visita àquela usina, realizada em maio de 2012, que: “ele [o monte de bagaço] começa queimar em baixo... Então, a hora que você vê, ele fermenta, ele esquenta às vezes ele sai fumaça, mas é dele isso aí. A própria fermentação dele não é foco de incêndio, mas pode ser. Então, se você tiver um monte total até você vasculhar, mexer tudo isso aí, é muito difícil. Porque o bagaço quando você joga água nele, a água bate e escorre, não filtra... Então, por isso a gente já teve é condições de sufoco com relação a isso. Então, por isso, a gente foi orientado... Hoje, a gente dividiu os montes... aqui tem um monte, tem uma valeta, um corte e outro monte.... Por quê?[...] as vezes, pega o fogo ele cai no bagaço... O risco de incêndio a partir do monte de bagaço de cana também foi referido pelo Diretor Industrial da Usina B: “Existe também a questão da combustão espontânea, que pode acontecer essa queima de dentro pra fora, ela pode ocorrer reações equitêrmicas, na parte interna dela, por causa de matéria orgânica em decomposição que libera uma quantidade de calor tão grande que ela incendeia naturalmente, existe essa possibilidade... (Diretor Industrial da Usina B).

<sup>20</sup> A Cargill produz e comercializa internacionalmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais. Sua sede fica em Mineápolis (MN), nos Estados Unidos, e atua em 65 países, cinco continentes... (CARGILL, 2012, *online*).

Técnico da Usina Cevasa “[...] *tudo modernizado, automatizado tendo uma supervisão humana*”. Do mesmo modo, com o avanço do setor agroindustrial canavieiro esperava-se a melhoria na oferta e condições de trabalho. Mas isso acabou não se concretizando. O aumento dos investimentos em maquinaria resultou em desemprego e contrario as possíveis facilitações do processo de trabalho, acabou ampliando a jornada e a intensificação do trabalho.

Na região de Franca, destaca-se a presença dos grupos internacionais: Cargill, Cosan e Louis Dreyfus Commodities (LDC). Portanto, nos anos 2000, o setor agroindustrial canavieiro ou sucroenergético, se destaca pelo processo de fusões e aquisições das empresas, marcado pelo aumento do poder de determinados grupos no mercado – poder de monopólio - e as mudanças organizacionais e tecnológicas, por exemplo, nas usinas visitadas, a reestruturação produtiva com perdas de salários para os trabalhadores. Além da denúncia (feita pelo Sindicato dos Químicos de Ribeirão Preto e região) da redução do pagamento das horas extras e noturna sob a convergência do Sindicato da Alimentação de Morro Agudo, sobressaem técnicas gerenciais e de organização do trabalho que geram desemprego, submissão e medo.

A dialética do desenvolvimento pode ser vista nos investimentos em pesquisas para o incremento da produtividade e eficiência e qualidade do produto<sup>21</sup>, acompanhado de uma acentuada redução da força de trabalho e intensificação dos que se mantiveram no trabalho, bem como do controle sobre eles.

### **Dos pseudo-heróis aos verdadeiros heróis do país: um enfoque à saúde dos trabalhadores do setor sucroenergético**

Ao buscar as informações no site do Ministério da Previdência Social acerca dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, observa-se que em 2010 ocorreram 701.496 registros de agravos em todo país (BRASIL, 2012, *online*). Ao selecionar apenas os Cadastros Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE) referentes a produção da cana de açúcar e sua manufatura industrial, abaixo indicados, obteve-se um percentual de 2% da participação desta atividade econômica no processo de adoecimento dos trabalhadores, registrados pelo sistema previdenciário:

---

21 – *Nós vamos começar a visita pelo Laboratório, vamos ver a amostragem da matéria prima da usina. É esse laboratório centralizado, todo controle analítico da usina é feito sobre nesse laboratório, da matéria prima até o produto final. A análise é feita da cana retirada dos caminhões que chegam trazendo a cana para a moagem... Garante uma amostragem perfeita, porque ela [sonda oblíquo] ela pega em todos os pontos da caixinha do contêiner [do caminhão]... Como ela pega de forma oblíqua, ela pega na carga inteira. É feito um sorteio, por amostragem, é em torno de 30 a 40 por cento dos caminhões que entram são amostrados, de cada fazenda. Ou seja, de cada fazenda, de 30 a 40 por cento do que entrou na usina é amostrado e analisado* (Diretor Industrial da Usina B).

	2008	2009	2010
<b>CNAE...</b>	<b>755.980</b>	<b>733.365</b>	<b>701.496</b>
0113.....	8.449	7.604	6.354
1931.....	6.926	7.265	7.237
1072.....	495	317	346
total	15.870	15.186	13.937
Percentual	2,10	2,07	1,99

Tabela II Participação das usinas sucroenergéticas nos registros de agravos da Previdência Social  
 Fonte: Estudo realizado pela autora a partir do site da Previdência Social (BRASIL, 2012, *online*).

A Tabela II mostra que do total dos registros dos agravos à saúde dos trabalhadores registrados pela Previdência Social, 701.496 ocorridos no ano de 2010, há uma participação de aproximados 2% das ocorrências no setor sucroenergético. No entanto, esta informação apesar de não ser desprezível, ainda não contempla a totalidade do problema, pois se refere a uma pequena parte. Congrega apenas os trabalhadores formais e, além disso, não oferece uma possibilidade de compreender o que e como ocorreu.

Ao estudar as notificações dos agravos à saúde dos trabalhadores do setor agroindustrial canavieiros da região de Franca, no período de 2005 a 2010, considerando apenas os registros feitos pelos serviços de saúde públicos, constatou-se que existem muitas dificuldades para a notificação dos agravos à saúde dos trabalhadores. Porém, para os limites deste texto, não será possível discutir os dados dos agravos em si, mas quer se chamar a atenção para alguns elementos presentes nas relações sociais de trabalho neste setor, que afetam a saúde dos trabalhadores, mas que se mantem no anonimato, ou no âmbito da vida individual.

Na pesquisa empírica, na região de Franca, constatou-se que a categoria dos trabalhadores rurais é a que mais sobressai nas notificações dos agravos à saúde dos trabalhadores (LOURENÇO, BERTANI, 2010). Em geral, o que mais é notificado são os acidentes típicos, cortes provocados pelo podão de cortar cana, salvo algumas exceções, os registros indicam aquilo que é mais visível e está exposto, portanto, os dados são parciais e não conseguem abranger a totalidade do problema.

No âmbito do trabalho rural, em especial, neste setor, é importante considerar algumas peculiaridades, que se relacionam com a subnotificação dos agravos à saúde dos trabalhadores. As relações sociais de trabalho na lavoura canavieira são marcadas pela migração, que implica em um trânsito de pessoas em busca de trabalho, que, muitas vezes, não se fixa, a não ser provisoriamente. Portanto, pode ocorrer de as pessoas, por exemplo, cortadores de cana, mesmo que adoecidas, quando finda a safra, saírem em busca de novo trabalho, deslocando-se para outras regiões ou mesmo outros setores econômicos, o que dificulta a busca por tratamento para os possíveis problemas de saúde que os afetam. Além disso, nem sempre essas pessoas, mesmo

quando procuram pelos serviços de saúde ou previdenciário, conseguem provar que estão doentes e, impossibilitadas para o trabalho, assim, ficam a mercê das políticas sociais públicas, sobretudo de assistência social (SANT'ANA; CARMO, 2010).

Os contratos são temporários. Os trabalhadores temem o reconhecimento da doença, já que isso pode afetar a recontração na próxima safra. Além disso, reconhecer algum problema de saúde implica dedicar tempo para as consultas médicas e tratamento, que, não raras vezes, exige afastamento do trabalho, o que é sempre muito difícil para quem está sob contrato de trabalho temporário, ou diarista.

*Eu já trabalhei muito catando bituca<sup>22</sup>, você anda o dia todo, naquele sol, fica com as pernas doendo, ainda mais quando a terra é fofa, parece que chega uma hora que você não está aguentando mais, ainda mais se sol estiver forte, você anda agachada, a sua coluna não fica prestando, não, para chegar no fim do dia e ganhar aquela mixaria, apenas a diária. Você sente muita coisa, mas se ir ao médico ele fala que tem que trabalhar noutra coisa, mais eu vou fazer o que? (Entrevista com Trabalhadora Rural, Serviços Gerais, Maria).*

Realmente, se fixar apenas nos dados estatísticos em si, não se consegue compreender as relações sociais de trabalhos e suas contradições, ainda que estes sejam indicativos da problemática. Ausente esta compreensão fica apenas a afirmação que a trabalhadora deve mudar de função ou “trabalhar noutra coisa”, como dito pela entrevistada. Mas o doloroso processo de transformação dos pequenos proprietários rurais em assalariados, no Brasil, ao longo do século XX, não permite essa facilidade de mobilidade da força de trabalho, sobretudo, nos municípios em foco, que padecem do desemprego.

O uso da força de trabalho migrante não ocorre de modo desproposital, a sua preferência ocorre porque o seu uso se restringe a um período, portanto, as obrigações trabalhistas e os encargos sociais findam, quando finda a safra. Além disso, a distância de familiares e da terra de origem, somada às adversidades da viagem implicam sempre em menor chance de retorno imediato e, portanto, de maior subordinação ao Capital (NOVAES, ALVES, 2007).

A migração não deve ser vista de modo a-histórico, como se as pessoas migrassem porque “gostam deste tipo de vida”. Este tipo de argumento (presente no senso comum) naturaliza o processo de espoliação e expropriação que as pessoas sofrem no seu local de origem e a involuntária subordinação ao processo de trabalho distante e de maior grau de exploração<sup>23</sup>.

---

22 “Bituca é o resto de cana que sobrou da cana queimada, é caninha que sobra do guincho e que cai do caminhão que fica semeado no meio da roça, aí é chamado bituca, aquilo lá, nós catamo e jogamo tudo no monte e depois eis vêm com o guincho e o caminhão e pegam” (Entrevista com Trabalhador Rural, Serviços Gerais, Jorge).

23 – Ver o filme “Vinhas da Ira”, que retrata a expulsão de pequenos arrendatários nos Estados Unidos da América (EUA), no contexto de crise econômica de 1930, e a clara opção do Estado pela mudança de

O vertiginoso crescimento econômico se faz distante do desenvolvimento social ou da socialização da riqueza socialmente produzida, inclusive nas áreas onde, historicamente, a cana de açúcar, engenhos e, atualmente usinas, formaram/formam o motor da economia, exportam força de trabalho para a região Sudeste.

*[...] Essa região aqui tem muita gente do Piauí e do Ceará, que é uma coisa nova, de 1980 até a década de 2000, praticamente quem cortava cana no Estado de São Paulo eram os mineiros e os baianos, a partir de 2002, mais ou menos, junto com os carros flex... vieram os maranhenses e os piauienses, isso foi uma coisa nova, aí a gente resolveu estudar: o processo de migração desses maranhenses para entender duas coisas: O “porquê” que esses trabalhadores saem do Maranhão e do Piauí, que dá 3.500 km até aqui, para vir cortar cana aqui?... Por que as Usinas daqui contratam trabalhadores de lá? E por que não contratam os trabalhadores daqui? Daí a gente fez uma pesquisa, dessa pesquisa a gente fez um vídeo de documentário [e também um livro], chamado: Migrantes (Francisco Alves, durante a segunda Oficina realizada com os Trabalhadores da Saúde, outubro de 2011).*

Francisco Alves, durante Oficina, realizada com os trabalhadores da saúde da região de Franca, conforme proposta metodológica do projeto de pesquisa, referido na Introdução deste texto, destaca uma importante mudança no perfil do trabalhador que migra para o Estado de São Paulo para cortar cana, ocorrida a partir dos anos 2000. De fato, isso tem sido observado, como atesta os entrevistados: *[...] eu vim em 2005 para trabalhar no corte da cana... eu vim de Teresina, no Piauí, de Santo Antônio dos Milagres* (Entrevista com Cortador de Cana, José).

Observa-se, por meio de contatos cotidianos, nos municípios que compõem a região de Franca, que até meados da primeira década dos anos 2000, os trabalhadores vinham cortar cana por intermédio de uma pessoa, mais conhecida como “gato” (SILVA, 1999; NOVAES, ALVES, 2007), que providenciava a sua vinda para o interior paulista, como diz outro entrevistado: *“Eu vim pra cá em 96... tem 14 anos... “Eu vim mais uma turma... a gente sabia que a cana dava dinheiro e a gente vinha. E eu vim pra cá com dinheiro emprestado, o rapaz daqui mesmo, que teve aqui, que era muito famoso...”* (Entrevista com Cortador de Cana, Antônio).

A migração é um modo de se conseguir obter força de trabalho mais barata e mais resignada. Espalha-se a retórica da existência de bons salários, criando no imaginário dos trabalhadores a esperança de se encontrar trabalho, sobretudo, bem remunerado. Assim, o trabalho no corte da cana no interior paulista foi um forte atrativo para vinda desses trabalhadores: *“Era... ele trazia as pessoas pra cá..., aí ele pegou o dinheiro e deu pra nós, aí nós trabalhávamos pra pagar ele e ficamos aqui... É... o ônibus era fretado, na hora, ele dava o dinheiro pra pessoa vim, já tinha o ônibus, aí a pessoa vinha trabalhava e pagava ele depois”* (José). *“[...] a minha história... eu fiquei cortando cana, quase 14 anos direto... tem gente que vem do nordeste pra cá, que nem nós, vem pra cá e chega lá com um*

---

agricultura familiar para a de grande extensão executada por investidores, no caso banqueiros (ALVES, 2008).

*pouquinho de dinheiro.. aí faiz uma graça... aí ilude e vem pra cá, né? mais quando chega aqui, vê, que é completamente diferente...* (Antônio).

Os trabalhadores rurais e os pequenos produtores rurais estão, na maioria das vezes, desamparados pelas políticas públicas e de desenvolvimento econômico-social nos lugares de origem, portanto, se veem obrigados a migrarem para outros lugares ou Estados na busca de garantirem a sua sobrevivência e de seus familiares (NOVAES, ALVES, 2007).

O modelo de desenvolvimento agrícola vem historicamente contribuindo para o esfacelamento da categoria “trabalhador rural”, que se fragmenta em subcategorias vagas e abstratas tais como: “cortador de cana”, “rurícola”, “migrante”, “safrista”, “desempregado”, “diarista” entre outros, soldado ao trabalho temporário, acaba arranhando a identidade de classe do trabalhador rural (LOURENÇO; CARMO, 2011).

É significativo para o entendimento dos agravos à saúde dos trabalhadores conhecer o perfil dos trabalhadores que congregam o setor, o processo de trabalho e as relações sociais estabelecidas. Existe uma intensa sinergia entre as relações sociais e processos de trabalho com os agravos à saúde dos trabalhadores, contudo, é rotina, nos serviços de saúde, as análises que desconsideram o papel do trabalho nos acidentes e, sobretudo, nos casos de doenças, guiando-se apenas a partir dos critérios puramente biológicos e subjetivos. Existe uma negação das doenças relacionadas ao trabalho, como demonstrado por Vertheim e Minayo-Gomez (2001) “[...] vários processos encaminhados ao Instituto Nacional de Seguridade Social/RJ para o reconhecimento do nexos entre as LER e o trabalho são indeferidos e justificados pelos diagnósticos de doenças crônico degenerativas e pela alusão de um trabalhador predisposto ao adoecimento”.

Outra questão importante que situa os dados dos agravos à saúde dos trabalhadores como incompletos é o medo. O trabalhador quando sofre algum acidente ou doença relacionada ao trabalho teme ter o reconhecimento do problema como originado pelo trabalho e ser demitido. Este medo não é desproposital ou uma fantasia, mas um fato corriqueiro.

*[...] no ano de 2008, nós sofremos um acidente coletivo de soldados, nós estávamos trabalhando em sete soldados dentro da mesa alimentadora, que alimenta a esteira, que alimenta a cana para moenda e como o serviço era de muito urgência, eles precisaram e puseram nós sete trabalhando um do lado do outro. Conclusão: nós sete queimamos a visão. Eu que já tenho certo problema de visão por ter certo tempo de solda [relata que trabalhava na Fundação desde 1981, como auxiliar de Soldador e, depois, Soldador], fiquei mais dias afastado que os demais..., o que me deixou surpreso foi que depois que retornei ao serviço, nós tivemos uma reunião com o pessoal da CIPA e eles queriam dar uma advertência a nós sete, eu falei: “qual o motivo da advertência?” Eles disseram: “è impossível que sete soldados queime a vista ao mesmo tempo, isto é uma coisa inaceitável”. Ai, eu argumentei o seguinte: “então, acho que nós precisamos, não de advertência, mais nós precisamos de um psicólogo ou psiquiatra, nós estamos loucos se cometemos este acidente propositalmente”. Ai,*

*resolveram não dar a advertência, aí tivemos palestra de instrução sobre como trabalhar, quando foi no final de 2010... eu fui demitido em dezembro de 2010 pela COSAN (Leo).*

Observe que a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA), sob a prescrição empresarial, queria advertir os trabalhadores que se acidentaram. O traço em questão sublinha as novas estratégias da organização da produção e a gestão do trabalho, que nega os agravos à saúde dos trabalhadores e culpa as vítimas pelas condições que eles não têm controle.

Os estudos de Lenin (1982), no início do século XX, guardadas as devidas proporções, auxilia na compreensão da expansão do domínio de amplos territórios pelos grupos empresariais mais poderosos. Pois, na atualidade, o predomínio de grupos financeiros no domínio de vários ramos da economia e em varias partes do mundo, além de ter se expandido, tem se fortalecido pelo modelo de gestão do trabalho e da produção flexível, acompanhadas do modelo de Estado neoliberal, que, como exposto por Harvey (2007), tem rompido com os acordos e pactos reguladores do trabalho, o que, inegavelmente, reconduz à degradação do trabalho e à perda dos direitos trabalhistas, tornando mais atrativo aos investidores, a medida que os custos se apresentam mais baixos. Além do aumento da exploração do trabalho, predomina a economia de trabalho vivo e dissemina o medo dos que se mantém trabalhando em perder o emprego, de não conseguirem cumprir as metas, entre outros, reforça as teses que os acidentes de trabalho decorrem das atitudes “falhas” dos trabalhadores, como referido pelo entrevistado, que afirmou que as vítimas de acidentes de trabalho foram colocadas como réus/culpadas pelo dano à sua saúde como se o acidente decorresse de um ato planejado. A solução encontrada pela empresa foi punir os trabalhadores que já tinham tido a sua visão atingida. Nas empresas, os acidentes de trabalho costumam ser investigados pelos técnicos especializados em saúde e segurança do trabalho apenas como fruto de um comportamento proposital, em geral, demitem os trabalhadores que sofrem algum acidente ou que adoecem e mantem as condições de trabalho intactas. Como já defendido anteriormente “Situar as doenças como originárias unicamente da subjetividade humana, ou até mesmo o acidente, como causado pela vontade própria (como se o indivíduo – mercadoria – buscasse a sua automutilação) é uma análise simplista que desconsidera as relações sociais de produção e como elas se dão (RIBEIRO, 1999). Desconsidera o seu pressuposto básico: a exploração do trabalho e a mais valia” (LOURENÇO, 2011, *online*).

O medo de perder o emprego é um fato comprovado entre os trabalhadores:

*Ele me acionou, porque tinha um fogo lá, aí, o líder falou que estava indo para lá. De onde eu estava, dava para ver, quando eu ia para lá, o empreiteiro mandou voltar, porque estava a RAÍZEN, aí, eu voltei, só que me acionou de volta, porque o Zé tinha entrado lá e o fogo tinha pegado ele, que foi auxiliar com ordem do líder, inclusive ele foi mandado embora por conta disto. [Mandaram embora?] Por causa disto, ele foi acionado, eu ouvi pelo rádio,*

*hoje, ele não consegue emprego por conta disto, ele está sujo, fica tudo no computador. A lista negra tá aí. Ele intoxicou com fumaça, mas se salvou, a COSAM socorreu ele lá, mais o caminhão tinha queimado todo e ele só foi no hospital intoxicado, mais o caminhão deu perca total... Assim que terminou a safra ele foi mandado embora... (Entrevista com Jaime, Brigadista).*

É muito difícil falar em saúde do trabalhador sem considerar as relações sociais de trabalho. Observe que, anteriormente, o soldador entrevistado disse que havia recebido ordens para executar o serviço, junto com outros colegas e que se acidentaram, sendo que a empresa propôs a demissão como resposta ao acidente, apesar de ter recuado, naquele momento, do intento demissional, em 2010, o trabalhador sofreu a dispensa do trabalho. No depoimento do brigadista, o desemprego também foi enfatizado, acompanhado de uma técnica empresarial que consiste em demitir e dificultar que o trabalhador consiga um novo emprego.

Observe que o trabalhador recebeu ordens para controlar um incêndio, mas como houve a queima do caminhão, ele foi demitido e, segundo o entrevistado, foi incluído em uma lista “negra”, uma vez que a partir daí não consegue se empregar novamente e, como nestes municípios, predomina a monocultura da cana é muito difícil conseguir emprego em outro setor. Soma-se a isso o perfil dos trabalhadores rurais, em geral, com baixo grau de escolaridade e experiência quase nula em outras ocupações, o que justifica o consenso social para o desemprego.

Chama-se a atenção para a especificidade do trabalho do brigadista que é responsável em controlar ou eliminar o incêndio no canavial. A queimada pode ser criminosa ou programada, pois, o corte da cana (manual ou mecânico) ainda é precedido pela queima da palha, mas segundo a legislação ambiental, esse processo deverá ser extinto em 2014, no Estado de São Paulo, em decorrência da agressão ambiental e humana, tanto dos trabalhadores que ficam expostos à fuligem quanto dos moradores das cidades próximas aos campos, onde ocorrem os incêndios. Estudos indicam o aumento das internações hospitalares devido aos problemas respiratórios causados pela queda da umidade do ar provocada pela queimada (BARBOSA, 2010).

É importante registrar que o uso da queima da palha da cana faz parte de um processo que visa aumentar a produtividade do trabalho, iniciado nos anos de 1960, além da queimada, houve também a inclusão do carregamento mecanizado, substituindo trabalhadores braçais por guinchos mecânicos (IAMAMOTO, 2001). Portanto, a mecanização do corte da cana é apenas um dos fatores que compõe o amadurecimento do processo de “modernização” da agricultura ou da translação das inovações tecnológicas e de gestão do trabalho para a elevação dos lucros em todos os ramos da economia. Dessa maneira, a mecanização do corte da cana não ocorreu no final do século XX (mesmo com a demonstração de forças do movimento dos trabalhadores rurais, na conhecida greve de Guariba, nos anos de 1980, que foi o motor de arranque para que a

mecanização fosse adotada (ALVES, 1991)), devido a necessidade de altos investimentos financeiros para a aquisição da maquinaria. Assim, nos idos dos anos 2000, a partir de um contexto de denúncias de morte por exaustão no corte de cana e de mobilização social para as condições mínimas para o trabalho e, ainda, com a propagação dos investimentos externos, a mecanização do corte de cana se efetivou. Portanto, é preciso tomar cuidado com as análises que, erroneamente, julgam que a mecanização do corte de cana seja fruto de uma preocupação ambiental. Na realidade, a mecanização compõe o processo de subordinação das forças da natureza e do trabalho à lógica de acumulação capitalista intensificada, enquanto que a questão ambiental faz parte do processo de consciência verde ou socioambiental (ANDRADE JR; MANIGLIA, 2011). Além disso, muitas usinas mesmo tendo mecanizado o corte continuam ateando fogo nos canaviais, como medida para evitar o transporte de folhas para as usinas (ANDRADE JR; MANIGLIA, 2011). Entretanto, constatou-se que, na região de Franca, as folhas da cana estão sendo utilizadas como biomassa para a produção de energia, embora, ainda, seja comum se deparar com as queimadas ao longo das rodovias.

Destaca-se a importância de compreender o processo de trabalho do brigadista que é realizado em condições de insegurança, uma vez que o controle do fogo nem sempre é possível e fica dependente das condições climáticas, vento, por exemplo, e das ferramentas de trabalho, como o caminhão e, entre outros, a qualificação que o trabalhador recebe para fazer o seu trabalho. Além disso, as relações sociais, carregadas das imposições do capital geram a intensificação do trabalho, maior sujeição e, portanto, maior desgaste.

*[...] o líder vê que dá para apagar, no caso de não dar, ele manda outro tanque para socorrer. Agora... já houve caso de perda do controle do fogo, que queimou até caminhonete com todos os pertences do brigadista, do líder e dos ajuntes e queimou também dois caminhão. [Faz muito tempo isto?] A última queimou o ano passado [referência a 2011] (Jaime).*

O trabalho para ser efetuado necessita de ferramentas, conhecimento específico, mas também do poder e autonomia do trabalhador frente a realidade, a qual ele tem que dar respostas. Para Dejourns (1992) o trabalho sob a Organização Científica do Trabalho (OCT) acaba sendo realizado a partir de prescrições, ordem de serviço, que delimitam o que e como o trabalhador vai fazer, mas, no cotidiano, nem sempre as prescrições bastam, ficando a atividade dependente também da atitude e conhecimento do trabalhador, o que o autor chama de trabalho real. Trabalho prescrito e real não se opõe, contudo, expõe as limitações do modelo taylorista-fordista, que buscou com a racionalização do trabalho eliminar o papel da subjetividade e autonomia do trabalhador no processo de trabalho. Na atualidade, com o toyotismo, tem feito crescer as exigências de criatividade e envolvimento no trabalho, o que Alves (2007) denomina de captura

da subjetividade, cuja autonomia do trabalhador está voltada unicamente para responder aos objetivos esperados pela empresa, gerando quadros de ansiedade e adoecimentos.

Verifica-se que o senso de submissão ao trabalho é altamente elevado devido ao medo que se instaura diante da ameaça ou perda do emprego:

*[...] a queimada era programada... A queimada passou para o mato; da mata para um pomar. O líder estava com três tanqueiros brigadistas. Acionou mais tanque, aí, eu fui acionado. Todas as frentes de máquinas, todas elas têm tanques com brigadista, foi todo mundo para lá, até caminhão de vinhaça foi para levar água para controlar. Mas estava tão seco, que nós não conseguimos. O fogo pulou a 318 na terceira faixa, entrou na fazenda Pichocho... tinha acabado a água. Eu tinha que encher o tanque, quando eu voltei, na subida do suco, avistei uma mulher acenando com um lenço, o fogo estava indo para lá. Eu acionei o líder, falei do problema que estava havendo. Ele falou pra mim: “não tem jeito, porque nós tentamos abrir a porteira, mas ela está trancada com cadeado”. Aí, eu vendo aquela mulher de longe, acenando um pano, pedindo socorro, eu vi aquilo e fui... A porteira estava trancada, mais eu quebrei a cerca, com a ré, fui de ré porque de frente acerta o caminhão. [...] eu não fui no fogo que estava chegando, eu fui para a casa. [...] mandei a mulher com as crianças, acho que eram três, tinha até um de colo, entrar pra dentro. Esperei o fogo, molhando em volta, quando ele chegou tava molhado em roda da casa. Reservei um pouco de água, assim que o fogo chegou, combati. O fogo passou pelas lateral queimando tudo para baixo, mais lá, eu salvei. Naquele dia queimou tudo, estufa, granja, chiqueiro de porco, pasto, até árvore de macaco nas costa, queimou tudo. Naquele dia, foi das sete da manhã às oito da noite, nós trocava às quatro da tarde, nós não trocamos [Quando foi isso?] No ano passado [referência a 2011]. [...] a recompensa? Foi ter visto as crianças e a mulher vivos, mais o chefe da usina queria me mandar embora. Eles disseram que eu estraguei o caminhão, só não fui mandado embora, porque eu fiz um boletim de ocorrência e especifiquei o porquê eu quebrei a cerca e estragou um pouco o caminhão. Expliquei para ele, que eu quebrei a cerca para salvar uma família... Mais, eu vi que se eu não tivesse feito o Boletim de Ocorrência, tinha sido mandado embora por justa causa. Teria, com certeza porque eu não tinha ordem para fazer o serviço (Jaime).*

O trabalhador teria sido demitido porque executou uma atividade para a qual não teria autorização (ordem de serviço), mesmo sob a forte justificativa de ter agido para salvar a vida de uma família. Só não foi demitido porque, muito provavelmente, munido de experiência, efetuou um Boletim de Ocorrência. É neste contexto, que o trabalho torna extremamente agressivo, alienado e corrosivo e pode também justificar a demissão do trabalhador, que passa a ter dificuldades em conseguir novo emprego, pois, segundo o entrevistado, existe uma lista “negra”. Isso favorece a não notificação das doenças relacionadas ao trabalho. Dissemina-se o medo e quebra a resistência dos trabalhadores.

Há uma indiferença e desrespeito com a vida, que embora afete diretamente a saúde física-mental dos trabalhadores não consegue ser retratada pelas estatísticas. Não se trata somente da periculosidade do trabalho, mas das relações sociais de trabalho, que sob o processo de acumulação submetem os trabalhadores às mais variadas restrições de liberdade e autonomia, o que gera um papel importante no processo de desgaste da saúde, embora não seja reconhecido.

Verifica-se um tipo de sofrimento causado pelo medo, pelo desemprego, ou pelo sentimento de injustiça e humilhação, que afeta a pessoa na sua totalidade e na totalidade das suas relações, mas nem sempre se materializa em uma patologia passível de comprovação.

A falta de trabalho –desemprego - significa privação material e moral (daqueles que não detêm os meios de produção) e impõe uma penosidade ao trabalhador que se sente culpado por não conseguir um emprego, como enfatizado por Chauí (2000), o que oferece sérias ameaças à saúde, além do embotamento da identidade do trabalhador, como analisado por Seligmann-Silva (2011). O desemprego também prepara o terreno para as empresas implantarem as “novas” técnicas de gestão, controle e racionalidade do trabalho.

Observa-se que na COSAN/RAISEN, houve a estratégia de demitir trabalhadores e recontratar com salário mais baixo:

*Como eu te falei eu tinha sido demitido em 2010, só que quando foi em julho de 2011 eu fui chamado para poder trabalhar novamente na empresa, aí já estava como RAIZEN..., falaram: “a gente quer te contratar novamente, só que no momento não temos a vaga de soldador e nós gostaríamos de saber se você concordaria e ser contratado como auxiliar de serviços gerais na promessa de que terminando a safra a gente te reclassifica novamente como soldador II, você concorda?”*

*Aí, devido as minhas necessidades, na ocasião, eu já tinha deixado currículo em vários lugares e não tinha sido chamado em lugar nenhum, não sei se e devido a idade, que já tenho 49 anos... Então, eu aceitei porque eu tenho filhos para criar e eu precisava ganhar, mesmo que fosse pouco, é melhor que nada, porque já estava vencendo o meu seguro desemprego e eu concordei, pensei: “falta poucos meses para terminar a safra, quando muito até novembro”, eu concordei. Fiz o contrato, aí quando se passou o final do ano, eles nem tocaram no assunto da promoção, quando foi no início deste ano [2012], aí sim tocaram no assunto da prometida promoção para soldador II, mais houve uma mudança naquilo que tinham prometido para mim anteriormente, aí, era para soldador Junior, era soldador I, aí eu falei: “Puxa, depois de tantos anos que eu trabalhei pra vocês como soldador II [era funcionário da Fundação desde 1981], agora vocês querem me classificar como soldador I, ou seja, começar no primeiro degrau novamente, vocês acham que eu desaprendi a trabalhar?” (Leo).*

O trabalhador é o elo mais fraco desta corrente e, na maioria das vezes, não se encontra na situação de impor as suas condições. A entrada de outra empresa, no caso a Raízen, impõe novos mecanismos de gerência, que mesmo percebidos pelos trabalhadores/sindicatos há uma impotência frente a essas mudanças. Além das perdas salariais e aumento da exploração do trabalho, as perspectivas de futuro e a própria autoimagem do trabalhador vão sendo afetadas, segundo Seligmann-Silva (2011, p. 145), associadas as sucessivas frustrações arranham não apenas a identidade, mas reverberam em quadros de adoecimentos que atingem a esfera mental, cardiológica, entre outros. “A falta de percepção de um reconhecimento social pelo desempenho, bem como as decepções com respeito a ascensão funcional, fazem parte das determinações que têm sido identificadas neste processo”.

Le Guillant (2006) enfatizou que as condições e organização do trabalho atuam de modo profundo na vida e saúde dos seus sujeitos, demonstrou o aniquilamento da identidade das telefonistas e das empregadas domésticas em decorrência do trabalho. Apontou a fadiga, como um dos problemas oriundos do trabalho na modernidade, o qual teria até se tornado mais leve, mas no lugar do uso da força física, a qual o trabalhador poderia ter uma consciência mais nítida das suas condições para suportar tal esforço, foram implantadas a simplificação das tarefas, a velocidade da ação e a pressão, razões que associadas a monotonia, a insatisfação e a frustração desencadeiam a fadiga. Ritmo intenso e prolongado aparece, em longo prazo, como sinônimo de esgotamento “[...] dispêndio de energia nervosa e a fadiga que ele acarreta são muito menos conhecidos e também muito menos perceptíveis que os fenômenos, mais familiares, associados ao esforço físico” (LE GUILLANT; BERGOIN, 2006, p.206).

Neste processo, o reconhecimento da ideia patogênica das condições e relações sociais de trabalho acaba sendo adiada devido ao fato de o mal estar, a fadiga e os problemas dela decorrente ser vistos como questões individuais, problemas de caráter ou psicológicos, ou o que é muito comum também, o uso do fator humano, ou erro humano, para justificar as ocorrências de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho “[...] por falta de identificação do que, no essencial, está na origem das condições penosas ou nocivas de trabalho, a análise não consegue descobrir os verdadeiros remédios” (LE GUILLANT, 2006, p. 234).

Para finalizar, verifica-se que dita “modernização” da agricultura, agora, reatualizada e aprofundada com o potencial para a produção do etanol, combustível renovável, a partir da cana de açúcar, explorado pelo capital internacional, por meio da presença dos grupos internacionais, marcada pelas fusões e pelo poder de determinados grupos (poder de monopólio), repercute diretamente na estrutura produtiva do país, a partir do modelo monocultor e também nas relações sociais de trabalho que se materializam no cotidiano dos trabalhadores a partir do desemprego, do rebaixamento dos salários, do medo e das doenças e adoecimentos do trabalho. Exacerbam as relações de dominação sobre o trabalho, sobretudo, num contexto de fragmentação da representação sindical, desemprego, uso de trabalho migrante. Dessa maneira, contra a tendência de tratar os agravos à saúde dos trabalhadores reduzidos aos problemas individuais e aos aspectos subjetivos e de personalidade dos trabalhadores, ressalta-se a importância de considerar a organização e as relações sociais de trabalho no desgaste de vida e saúde da classe trabalhadora.

## Referências

- ALVES, Francisco. Modernização da Agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. Campinas 1991. *Tese de doutorado*. Instituto de Economia, Universidade de Campinas.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. *Tese de Livre docência*. Universidade Estadual Paulista, UNESP-Marília, SP, 2007, 183 fls.
- \_\_\_\_\_. Análise do filme Vinhas da Ira. Diretor: John Ford. In: ALVES, Giovanni. *Trabalho e Cinema: o mundo do trabalho através do cinema*. Londrina: Práxis, vol.2, p. 29-71.
- ANDRADE-Jr. José Roberto Porto; MANIGLIA Elisabete. Modernização perversa e degradação ambiental através da proibição gradativa da queimada da cana de açúcar. In: SANT'ANA, R. S.; CARMO, O. A.; LOURENÇO, E. Â. Souza. *Questão Agrária e Saúde do Trabalhador: desafios para o século XXI*. São Paulo: UNESP-Cultura Acadêmica, 2011, p.283-297.
- BARBOSA, Cristiane Maria Galvão. *Avaliação cardiovascular e respiratória em um grupo de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar queimada no estado de São Paulo*. Tese de doutorado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), 2010, 128 fls.
- BIOSEV. *A Louis Dreyfus Commodities Company*. Disponível em: <<http://www.ldcsev.com/unidades.php?id=3>>. Acesso em: 13, set. 2012.
- BNDES. Impactos da indústria canavieira no Brasil poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente à saúde de trabalhadores. *Brasil: Plataforma BNDES: diagnóstico e propostas para reorientar o principal instrumento publico de desenvolvimento do Brasil*. Disponível em:<<http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/biblioteca/category/11-analises-do-desenvolvimento>>. Acesso em: 15, mar, 2012.
- Brasil. *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*. Sistema de acompanhamento da produção canavieira. Departamento da cana-de-açúcar. Usinas e Destilarias cadastradas. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/agroenergia/orientacoes-tecnicas>>. Acesso em: 13, jun. 2012.
- \_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico da Previdência Social*. 31.4 - Quantidade de acidentes do trabalho, por situação do registro e motivo, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) - 2008/2010. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1162>. Acesso em: 15, jul. 2012.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. *O Direito à Preguiça*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2000, p.9-58.
- CARGILL. Disponível em: <<http://www.cargill.com.br/pt/index.jsp>>. Acesso em: 13, ago. 2012.
- CEVASA. Usina Cevasa. Disponível em: <<http://www.cevasa.com.br/>>. Acesso em: 13, ago. 2012.
- CORDEIRO, Ângela. Etanol para alimentar carros ou comida para alimentar gente? In: BNDES. *Impactos da indústria canavieira no Brasil poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente à saúde de trabalhadores*. *Brasil: Plataforma BNDES: diagnóstico e propostas para reorientar o principal instrumento publico de desenvolvimento do Brasil*. Disponível

em:<<http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/biblioteca/category/11-analises-do-desenvolvimento>>. Acesso em: 15, mar, 2012.

COSAN/ RAIZEN. Disponível em: <<http://www.cosan.com.br/Cosan>>. Acesso em:15, set. 2012.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. Ampla. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* Zahar: Rio de Janeiro, 1975.

FIGUEIREDO, Luiz Gustavo. J. Usina Alta Mogiana: uma historia de sucesso. *Revista Ecoenergia*, ed. 008, jan., fev. mar. No. 08, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaecoenergia.com.br/revistas/>>. Acesso em: 13, abr.,2012.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. “Os impactos no meio ambiente”. In: Workshop “*Impactos da evolução do Setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo*”. UNESP/Sorocaba – PPGADR/UFSCar. Disponível em: < [www.apta.sp.gov.br/cana/.../apresentacao\\_impactos\\_painel3\\_goncalves.pdf-foxit](http://www.apta.sp.gov.br/cana/.../apresentacao_impactos_painel3_goncalves.pdf-foxit) Reader>. Acesso em: 13, abr. 2012.

GOMES, Jose Agnaldo. *Do trabalho penoso à dignidade do trabalho: o enfoque do itinerário de canavieiros no enfoque da psicologia do trabalho*. São Paulo: Ideias e Letras, 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. *Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria paulista*. São Paulo: Cortez, 2001.

LE GUILLANT, Louis. O trabalho e a fadiga. In: LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia a psicopatologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006, 218-241.

LE GUILLANT; BÉGOIN, J. Algumas observações metodológicas a proposito da neurose das telefonistas. In: LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia a psicopatologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006, 189- 217.

LENIN, V. *Imperialismo fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Agravos à Saúde dos Trabalhadores no Brasil: alguns nos críticos. In: *Pegadas*. UNESP-Presidente Prudente, vol. 12, Jul. 2011. Disponível em:< <http://racismoambiental.net.br/2012/01/conferencia-de-raquel-rigotto-e-outros-textos-de-interesse-na-pegada-eletronica/> >. Acesso em: 13, mai. 2012.

\_\_\_\_\_. BERTANI, Iris, Fernner. Degradação da Saúde: determinantes sociais para a saúde dos trabalhadores na agroindústria canavieira. In: LOURENÇO, E.A.S e col. *O Averso do Trabalho II: trabalho precarização e saúde do trabalhador*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 367-397.

\_\_\_\_\_. CARMO, Onilda Alves. Pressupostos do processo de trabalho na agroindústria canavieira e a saúde dos trabalhadores. In: SANT’ANA, R. S.; CARMO, O. A.; LOURENÇO, E. Â. Souza (Orgs.). *Questão Agrária e Saúde do Trabalhador: desafios para o século XXI*. São Paulo: UNESP-Cultura Acadêmica, 2011, p.299- 320.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: livro I*. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1981.

NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (organizadores). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho e trabalhadores migrantes no Complexo Agroindustrial Canavieiro Paulista. In: \_\_\_\_\_; ALVES, Francisco (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007, p.21-54.

PEDRA *AGROINDUSTRIAL S/A*. Disponível em: <http://www.pedraagroindustrial.com.br/unidadesprodutoras.php>. Acesso em: 22, jul. 2012.

SANT'ANA, Raquel Santos; CARMO, Onilda Alves. As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. In: LOURENÇO, LOURENÇO, E.A.S e col. *O Averso do Trabalho II: trabalho precarização e saúde do trabalhador*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 343-366.

SANTOS, Adriano Pereira. *A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP*

SELIGMANN-SILVA. *Trabalho e Desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, (Prismas).

THOMAZ JR, A. *Por trás dos canaviais, os "nós" da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

UDOP. *União dos Produtores de Bioenergia: nós produzimos energia renovável*. Ranking Paulista de Produção - Safra 2008/2009. Disponível em: [www.udop.com.br/download/estatistica/.../ranking\\_sp\\_2008\\_2009.p...](http://www.udop.com.br/download/estatistica/.../ranking_sp_2008_2009.p...) Acesso em: 13, jul. 2012.

ÚNICA. *Etanol*. Moto Honda de número 15 milhões produzida no Brasil é flex. Disponível em: <http://www.unica.com.br/noticia/20992003920335416218/moto-honda-de-numero-15-milhoes-produzida-no-brasil-e-flex/>. Acesso em: 20, abr., 2012a.

\_\_\_\_\_. *Grupo Raízen-Junqueira*. Disponível em: <http://www.unica.com.br/empresa/43585770/raizen-junqueira>. Acesso em: 13, set., 2012b.

VEM AI a segunda geração do etanol. Pesquisadores da FEQ aprimoram as etapas de produção do "novo" biocombustível. *Jornal da Unicamp*. Campinas, 30 de julho de 2012 a 05 de agosto de 2012 – ANO 2012 – Nº 533. In: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/533/vem-ai-segunda-geracao-do-etanol>. Acesso em: 12, set. 2012.

VERTHEIN, M. A. R.; MINAYO-GOMEZ, C.. As armadilhas: bases discursivas da neuropsiquiatrização das LER. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol.6, n.2. São Paulo, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232001000200015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232001000200015&script=sci_arttext). Acesso em: 13, mai. 2005.